

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas
Exercício Findo em 31 de dezembro de 2024

Notas Explicativas ao Balanço Orçamentário

Nota 01 - Receitas e Despesas

As receitas e despesas orçamentárias foram codificadas de acordo com a Portaria Interministerial STN/MF e SOF/MPOG n.º 163 de 04/05/2001 e suas respectivas alterações, sendo seus desdobramentos registrados em conformidade com os desdobramentos previstos no Elenco de Contas, expedido pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul para 2024. O registro, no aspecto orçamentário, e obedecendo ao disposto no art. 35 da Lei Federal nº 4.320/64, considerou como realizadas as despesas legalmente empenhadas e as receitas efetivamente arrecadadas no exercício.

Nota 02 - Deduções da Receita Orçamentária: o valor informado na coluna “Receitas Realizadas” apresenta a arrecadação líquida, ou seja, já consideradas as deduções da receita que, no exercício totalizaram **R\$ 28.352.786,86** (vinte e oito milhões, trezentos e cinquenta e dois mil, setecentos e oitenta e seis reais e oitenta e seis centavos). A pormenorização das deduções da receita é a seguinte:

- Deduções de receita por renúncia (art. 14 da LC nº 101/2000)	R\$	1.110,40
- Deduções de receita por restituições	R\$	14.454,71
- Deduções de receita por descontos concedidos	R\$	1.901,01
- Deduções de receita por compensação	R\$	0,00
- Deduções de receita para formação do Fundeb	R\$	4.590.075,34
- Deduções de receita por retificações	R\$	0,00
- Outras Deduções de receita	R\$	0,00
Total das Deduções da Receita Orçamentária	R\$	4.607.541,46

Nota 03 - Repasses Concedidos: de acordo com a Portaria STN nº 339/2001, os repasses financeiros pelo Poder Executivo ao Poder Legislativo foram processados por meio de documentos próprios, sem a emissão de empenho, sendo que os registros contábeis das transferências financeiras concedidas e recebidas foram efetuados em contas contábeis específicas de resultado, que representem as variações passivas e ativas financeiras correspondentes, e ao final do exercício o valor de R\$ 209.499,39 (duzentos e nove mil, quatrocentos e noventa e nove reais e trinta e nove centavos) não utilizado pelo poder Legislativo foi devolvido ao executivo conforme determina a legislação.

Nota 04 - Utilização do Superávit Financeiro o Superávit Financeiro apurado no exercício de 2023 foi de R\$ 8.753.147,91 (oito milhões, setecentos e cinquenta e três mil, cento e quarenta e sete reais e noventa e um centavos), e sua utilização como fonte para abertura de créditos adicionais totalizou: R\$ 7.461.657,95 (sete milhões, quatrocentos e sessenta e um mil, seiscentos e cinquenta e sete reais e noventa e cinco centavos), respeitando a disponibilidade por cada fonte de recurso.

Nota 05 - Restos a Pagar: as despesas que foram empenhadas e não pagas até o último dia útil de 2024, foram inscritas e escrituradas como Restos a Pagar Processados e Não Processados, em atendimento aos artigos 35, 36 e 92 da Lei nº 4.320/1964. Para fins de inscrição, foram observadas as recomendações das Instruções Normativas do Tribunal de Contas do Estado e os preceitos da Lei Complementar nº 101/2000.

Notas Explicativas ao Balanço Patrimonial

Nota 1 – Contexto Operacional: o Município de Bozano pessoa jurídica de direito público é compreendido, na Administração Direta, pelos órgãos sem personalidade jurídica do Poder Executivo, composto pelo Gabinete do Prefeito 05 Secretarias Municipais, Fundos Especiais e o Poder Legislativo.

Nota 2 – Apresentação das Demonstrações Contábeis: foram elaboradas em observância com os dispositivos legais que regulam o assunto, em especial a Lei nº 4.320/64, a Lei Complementar nº 101/2000, os Princípios de Contabilidade, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e demais disposições normativas vigentes.

Nota 3 – Caixa e Equivalente de Caixa: compreende o somatório dos valores em caixa e em bancos, bem como equivalentes, que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da entidade e para os quais não haja restrições para uso imediato. Em 2024, o Caixa e Equivalentes de Caixa totalizou R\$ 8.613.097,26. Na comparação com o exercício anterior verifica-se um decréscimo de 9% (nove por cento).

Nota 4 – Créditos a Receber a Curto Prazo e a Longo Prazos: os valores apresentados nestas rubricas compreendem os saldos líquidos a receber, ou seja, já deduzidos os ajustes para perdas, créditos tributários, dívida ativa de curto prazo transferências voluntárias da União ou do Estado e demais créditos. Os valores realizáveis em até 12 meses foram classificados no ativo circulante e representam 74% do total de créditos. O restante, correspondente a 26% do total, que representa os valores realizáveis após 12 meses da data da publicação das demonstrações contábeis, foi classificado no ativo não circulante. Especificamente em relação à **dívida ativa**, os valores a curto prazo, foram estimados pela média anual de recebimentos efetivos dos últimos três exercícios e o longo prazo abriga o restante do estoque de créditos inscritos em dívida ativa. Já o **ajuste a valor recuperável dos créditos inscritos na dívida ativa**, foi efetuado considerando a média ponderada dos recebimentos de cada tributo/crédito em relação aos respectivos montantes inscritos nos três últimos exercícios, obtendo-se, assim, percentual médio de recebimentos. A partir desses dados, foi possível estimar os valores das perdas esperadas referentes à dívida ativa, que foram registradas em **contas redutoras do ativo**, tanto no curto quanto no longo prazo.

Nota 5 – Investimentos: os Investimentos compreendem as participações permanentes em outras sociedades, bem como os bens e direitos não classificáveis no Ativo Circulante, nem no Ativo Não Circulante e que não se destinem à manutenção da atividade da entidade. Os valores classificados nesse título apresentaram uma variação positiva da ordem de R\$ 19.592,13 decorrente da participação em Consórcios Públicos.

Nota 6 – Imobilizado – Bens Móveis: os saldos apresentados correspondem aos valores reavaliados, pois o Município contratou empresa especializada a fim evidenciar o patrimônio pelo seu valor real, e com o uso da depreciação a partir de 2021 e em 2022, pelo método de quotas constantes. A tabela a seguir demonstra a composição dos bens móveis:

Título / Subtítulo	Saldo
1.2.3.1.1.01 - MAQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	6.443.690,56
1.2.3.1.1.02 - BENS DE INFORMATICA	388.712,45
1.2.3.1.1.03 - MOVEIS E UTENSILIOS	852.054,89
1.2.3.1.1.04 - MATERIAIS CULTURAIS, EDUCACIONAIS E DE COMUNICACAO	129.009,67
1.2.3.1.1.05 - VEICULOS	3.667.162,25
1.2.3.1.1.99 - DEMAIS BENS MOVEIS	99.810,34
Total de Bens Móveis	11.580.440,16

O valor contábil bruto e a depreciação, a amortização e a exaustão acumuladas no fim do período estão sintetizados na relação seguinte:

Título / Subtítulo	Valor contábil bruto	Depreciação acumuladas em 31/12/2024
1.2.3.1.1.01 - MAQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	6.443.690,56	(1.551.881,54)
1.2.3.1.1.02 - BENS DE INFORMATICA	388.712,45	(154.614,10)
1.2.3.1.1.03 - MOVEIS E UTENSILIOS	852.054,89	(275.914,04)
1.2.3.1.1.04 - MATERIAIS CULTURAIIS, EDUCACIONAIS E DE COMUNICACAO	129.009,67	(30.590,08)
1.2.3.1.1.05 - VEICULOS	3.667.162,25	(1.169.892,15)
1.2.3.1.1.99 - DEMAIS BENS MOVEIS	99.810,34	(28.843,10)

Nota 7 – Imobilizado – Bens Imóveis: os saldos apresentados compreendem os bens vinculados ao solo e que não podem ser retirados sem destruição ou dano, destinados ao uso. Em síntese, os bens imóveis contribuíram com 81% para a formação do Ativo Imobilizado. A tabela a seguir demonstra a composição dos bens imóveis:

Título / Subtítulo	Saldo
1.2.3.2.1.01 - BENS DE USO ESPECIAL	10.699.038,42
1.2.3.2.1.04 - BENS DOMINICAIS	10.724.482,05
1.2.3.2.1.05 - BENS DE USO COMUM DO POVO	12.584.310,25
Total de Bens Imóveis	34.007.830,72

O valor contábil bruto e a depreciação, a amortização e a exaustão acumuladas no fim do período estão sintetizados na relação seguinte:

Título / Subtítulo	Valor contábil bruto	Depreciação acumuladas em 31/12/2024
1.2.3.2.1.01 - BENS DE USO ESPECIAL	10.699.038,42	(549.820,05)
1.2.3.2.1.04 - BENS DOMINICAIS	10.724.482,05	(36.152,30)
1.2.3.2.1.05 - BENS DE USO COMUM DO POVO	12.584.310,25	(0,00)

Nota 8 - Obrigações Trab., Prev. e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo e a Longo Prazo: compreende o saldo das obrigações reconhecidas pelo regime de competência referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios aos quais o empregado ou servidor tenha direito, aposentadorias, reformas, pensões e encargos a pagar, benefícios assistenciais, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações. No caso do Município de Bozano, todas as obrigações existentes nesse grupo foram quitadas em 2024.

Nota 9 - Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo e Longo Prazo: o Município tem contratado junto ao BADESUL um financiamento da linha PIMES através do contrato nº 009/2019, no montante de R\$ 845.938,31, com liberações em 2020 e em 2021. O referido valor após a amortização das parcelas em 2024 ficou contabilizado pelos valores líquidos das obrigações, devidamente ajustado em 31/12/2024, e compreendem as obrigações financeiras internas do Município a título de empréstimos e financiamentos, com vencimento no curto prazo (12 meses), o qual será totalmente liquidado em 2025, não havendo parcelas a serem pagas no longo prazo. Os valores registrados no curto prazo os Empréstimos e Financiamentos totalizaram, no final do exercício, um montante de R\$ 161.497,59.

Nota 10 – Fornecedores e Contas a Pagar a Curto e a Longo Prazo os valores liquidados de dívidas com fornecedores e contas a pagar do curto prazo totalizaram ao final de 2024 o valor de R\$ 1856288,78. Os valores empenhados, porém, pendentes de liquidação não compõem o passivo de curto e longo prazo, eles fazem parte do quadro dos ativos e passivos financeiros da Lei 4.320/64 e das contas orçamentárias de restos a pagar não processados. Os fornecedores e contas a pagar de longo prazo totalizaram o valor de R\$ 67.174,17 e se referem a precatórios ainda não vencidos e não incluídos na lei orçamentária para 2024.

Nota 11 – Obrigações Fiscais a Curto e a Longo Prazo: compreende o saldo das obrigações dos órgãos e entidades da Administração Municipal, relativas a impostos, taxas e contribuições devidas à União, ao Estado e a Municípios. Os valores registrados no curto prazo totalizaram R\$ 16.212,14, e dizem respeito ao PASEP a ser recolhido à União.

Nota 12 - Demais Obrigações a Curto Prazo e a Longo Prazo: o grupo Demais Obrigações a Curto Prazo e de Longo prazo referem-se a bens recebidos em comodato do Governo Estadual, sendo quatro carretas agrícolas e um trator da marca John Deere, totalizando um valor de R\$ 173.500,00 no longo prazo, pelo fato da cedência ser para cinco anos.

Nota 13 – Dívida Flutuante: conforme o art. 92 da Lei Federal nº 4.320/64, os componentes da dívida flutuante são aqueles compromissos contraídos por período limitado de tempo (curto prazo), quer na sua condição de valores de terceiros, quer para atender às necessidades de caixa momentâneas, realizadas

independentemente de autorização orçamentária, bem como os valores dos restos a pagar. A Dívida Flutuante de 2024 totalizou em R\$ 2.109.285,38, correspondendo, na ótica da Lei Federal nº 4.320/64 ao Passivo Financeiro. Na tabela a seguir, pode-se verificar que Dívida Flutuante de 2024 apresentou um aumento de R\$ 1.339.236,10 em relação ao ano anterior. Especificamente em relação aos Restos a Pagar, que compreendem as despesas orçamentárias, empenhadas e não pagas até 31 de Dezembro, distinguindo-se os processados dos não processados, nos termos da Lei Complementar nº 101/2000 e da Instrução Normativa nº 13/2021, do Tribunal de Contas do Estado, tem-se, como regra, a necessidade de recursos financeiros para honrar estes compromissos, observando que os recursos legalmente vinculados à finalidade específica serão destinados somente para seu objeto de vinculação. O estoque de restos a pagar em 31/12/2024 somou R\$ 2.109.285,38, todos inscritos com a devida disponibilidade financeira para a sua cobertura. A tabela a seguir demonstra a composição da Dívida Flutuante:

Quadro Sintético da Dívida Flutuante				
Descrição	Saldo do Exercício Anterior	Inscrições no Exercício	Baixas no Exercício	Saldo para o Exercício Seguinte
Restos a Pagar Processados	11.311,86	19.330,86	11.311,86	19.330,86
Restos a Pagar Não Processados	758.737,42	2.071.406,92	740.189,82	2.089.954,52
Totais	770.049,28	2.090.737,78	751.501,68	2.109.285,38

Nota 14 – Patrimônio Líquido: compreende o valor residual dos ativos depois de deduzidos todos os passivos. Esse grupo é composto pelos saldos de Patrimônio Social e Capital Social, Adiantamento para Futuro Aumento de Capital, Reservas de Capital, Ajustes de Avaliação Patrimonial, Reservas de Lucros, Demais Reservas, Resultados Acumulados e Ações / Cotas em Tesouraria. Após apuração do resultado do exercício, que evidenciou um superávit de R\$ 5.529.438,07 o Patrimônio Líquido apresentou um acréscimo de 131% em relação ao ano de 2023.

Nota 15 – Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes – Lei 4.320/64: esse quadro evidencia os ativos e passivos distinguindo o ativo permanente do financeiro, e da mesma forma o passivo, através desse quadro é possível obtermos o superávit financeiro do Exercício, que é obtido pela diferença entre o Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro, que em 2024 totalizou o valor de R\$ 6.503.811,88, o qual está identificado por fontes de recurso no quadro anexo ao Balanço Patrimonial chamado: Quadro do Superávit/Déficit Financeiro.

Nota 16 – Quadro das Contas de Compensação – Lei 4.320/64: esse quadro apresenta um saldo no item: Atos Potenciais Passivos / Obrigações Contratuais no valor de R\$ 5.116.501,83. Esse valor refere-se a contratos novos e aditivos de contratos com fornecedores de: Fornecimento de Bens no valor de R\$ 1.621.648,25, de Serviços no valor de R\$ 1.398.529,59, de Obras no valor de R\$ 2.064.412,79, bem como de contrato de aluguéis no valor de R\$ 31.911,20. Os outros atos potenciais passivos se referem a precatórios ainda não vencidos no valor de R\$ 249.344,23.

Notas Explicativas da Demonstração das Variações Patrimoniais

Nota 1 – Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos: não houve movimentação de valores nesse item no ano de 2024.

Nota 2 – Outras Variações Patrimoniais Aumentativas: compreende o somatório das demais variações patrimoniais aumentativas não incluídas nos grupos anteriores, tais como: resultado positivo da equivalência patrimonial, dividendos. Em 2024, os registros nesse item somaram **R\$ 92.880,68**, representando uma redução de 7% em relação ano anterior, o referido valor está formado pela Reversão do Ajuste de Perdas no valor de **R\$ 9.417,11**, Multas Administrativas e Indenizações e Restituições que somaram respectivamente **R\$ 475,54** e **R\$ 82.988,03**.

Nota 3 – Desvalorização e Perdas de Ativos e Incorporação de Passivos: em 2024 o valor registrado neste item totaliza R\$ 36.799,51, sendo que o mesmo se refere a ajustes para perdas de créditos e investimentos no valor de R\$ 36.358,84, bem como a desincorporação de ativos no valor de R\$ 440,67.

Nota 4 – Outras Variações Patrimoniais Diminutivas: compreende o somatório das demais variações patrimoniais diminutivas não incluídas nos grupos anteriores, tais como: resultado positivo da equivalência patrimonial, dividendos. Em 2024, os registros nesse item somaram R\$ 119.713,44, representando uma redução de 66% em relação ano anterior.

Nota 5 – Resultado Patrimonial do Período: como resultado do confronto entre as Variações Patrimoniais Aumentativas e Diminutivas, tem-se que o resultado

patrimonial foi positivo de R\$ 5.529.438,07. Essa variação positiva do patrimônio foi influenciada pelo incremento das receitas orçamentárias, 10% a mais em relação ao exercício anterior.

Nota 6 – Origem e destinação dos recursos provenientes de alienação de ativos: não houve em 2024 nenhuma movimentação de alienação de ativos, nem execução de saldos de outros exercícios haja vista o saldo existente do último leilão ter sido totalmente executado em 2020.

Notas Explicativas do Balanço Financeiro

Nota 1 - Receitas Orçamentárias: são apresentadas com exclusão das operações intraorçamentárias e líquidas das deduções ocorridas. O detalhamento das deduções da receita orçamentária **do exercício de 2024** é apresentado no quadro a seguir:

- Deduções de receita por renúncia (art. 14 da LC nº 101/2000)	R\$	1.110,40
- Deduções de receita por restituições	R\$	14.454,71
- Deduções de receita por descontos concedidos	R\$	1.901,07
- Deduções de receita por compensação	R\$	0,00
- Deduções de receita para formação do Fundeb	R\$	4.590.075,34
- Deduções de receita por retificações	R\$	0,00
- Outras Deduções de receita	R\$	0,00
Total das Deduções da Receita Orçamentária	R\$	4.607.541,46

Nota 2 - Recursos Vinculados à Educação: estão representados nessas linhas, os valores relativos às receitas arrecadadas e às despesas empenhadas por conta de recursos que, por determinação constitucional ou legal, devem ser aplicados em ações voltadas à educação. Calha observar que, de acordo com o disposto em Resolução do Tribunal de Contas do Estado e a metodologia de cálculo estabelecida pela Instrução Normativa nº 19/2023, daquela Corte de Contas, os gastos constitucionais do Município com a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino representaram, em 2024, 27,49% da receita resultante de impostos e transferências. Importante destacar que as receitas e despesas da fonte 1500 no balanço financeiro estão apresentados na linha de recursos ordinários, os quais detalhamos em seguida.

O quadro a seguir detalha as receitas e despesas executadas no exercício de 2024:

Fonte de Recursos	Receitas Arrecadadas (Valor líquido)	Despesas Empenhadas
1500 – Recursos Não Vinculados a Impostos	1.900.424,33	2.997.631,00
1540 – Fundeb	1.440.308,05	1.412.291,28
1543 – Fundeb - VAAR	4.355,30	4.355,30
1550 - Salário Educação	89.441,94	82.913,15
1551 - PDDE	1.520,00	1.520,00
1552 - PNAE	28.747,34	27.338,96
1553 - FNDE PNATE	32.083,28	32.081,11
1571 – Transporte Escolar – Convênio Estado	312.992,76	312.992,76
Totais de Receitas e Despesas Vinculadas à Educação	3.809.873,00	4.871.123,56

Para além dos recursos demonstrados a educação ainda recebeu aportes financeiros da fonte de recursos livres no valor de R\$ 715.000,00.

Nota 3 - Recursos Vinculados à Saúde: referem-se aos valores relativos às receitas arrecadadas e às despesas empenhadas por conta de recursos que, por determinação constitucional ou legal, devem ser aplicados em ações e serviços públicos de saúde os quais representaram 19,31% da receita resultante de impostos e transferências, conforme a metodologia de cálculo do TCE/RS. O detalhamento das fontes de recursos obedece a padronização estabelecida pela Portaria STN nº 688, de 06.07.2023. Importante destacar que as receitas e despesas da fonte 1500 no balanço financeiro estão apresentados na linha de recursos ordinários, os quais detalhamos em seguida.

Fonte de Recursos	Receitas Arrecadadas (valor líquido)	Despesas Empenhadas
1500 – Recursos Não Vinculados a Impostos - CO 1002	3.636.048,12	4.696.866,44
1600 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	519.323,69	695.662,22
1601 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde	7.881,70	0,00
1604 - Transferências provenientes do Governo Federal destinadas ao vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias	132.196,00	132.196,00
1605 - Assistência financeira da União destinada à complementação ao pagamento dos pisos salariais para profissionais da enfermagem.	1.705,52	8.823,03
1621 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual	306.025,72	316.936,89
Totais de Receitas e Despesas Vinculadas à Saúde	4.603.180,75	5.850.484,58

Ressalta-se ainda em relação às despesas com saúde que para cobertura das despesas com ASPS foram feitos repasses financeiros no valor de R\$ 800.000,00.

Nota 4 - Recursos Destinados à Assistência Social: os valores aqui informados referem-se à execução de receitas e despesas vinculadas à assistência social, nos termos dos arts. 194, 203 e 204 da Constituição da República e de mais leis que regulam o SUAS, que no Balanço encontram-se na linha das Recursos Vinculados à Assistência Social, mais os aportes de recursos livres aplicados para essa finalidade que são nesta tabela demonstrados.

Fonte de Recursos	Receitas Arrecadadas (valor líquido)	Despesas Empenhadas
1500 – Recursos Não Vinculados a Impostos – Recursos destinados para Assistência Social - Aporte	792.435,49	792.435,49
1600 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	46.778,60	4.311,88
1661 - Transferência de Recursos dos Fundos Estaduais de Assistência Social	4.005,59	3.529,03
1665 - Transferências de Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Assistência Social	8.841,58	0,00
Totais de Receitas e Despesas Vinculadas à Assistência Social	852.061,26	800.276,40

Nota 5 – Recursos de Convênios: os valores aqui informados se referem às receitas e despesas orçamentárias dos convênios com Estado, União e Outras Entidades, que não estão vinculados à saúde e educação.

Fonte de Recursos	Receitas Arrecadadas (valor líquido)	Despesas Empenhadas
1700 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União	283.353,80	298.675,16
1701 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados	908.156,42	866.908,42
1703 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres de outras Entidades	1.413,59	0,00
Totais de Receitas e Despesas de Outras Destinações de Recursos	1.192.923,81	1.165.583,58

Nota 6 - Outras Destinações de Recursos: os valores aqui informados se referem às receitas e despesas orçamentárias das seguintes fontes de recursos:

Fonte de Recursos	Receitas Arrecadadas (valor líquido)	Despesas Empenhadas
1706 - Transferência Especial da União	917.233,43	271.596,38
1.708 – Transferência da União Referentes à Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais	4.585,24	0,00
1711 - Demais Transferências Obrigatórias não Decorrentes de Repartições de Receitas.	69.084,01	374.534,23
1715 - Transferências Destinadas ao Setor Cultural - LC nº 195/2022 – Art. 5º - Audiovisual	0,00	32.118,87
1716 - Transferências Destinadas ao Setor cultural - LC nº 195/2022 – Art. 8º - Demais Setores da Cultura	0,00	13.010,91
1719 – Transferência da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura – Lei 14.399/2022	38.396,42	38.225,71
1.720 – Transferência da União Referente às participações na exploração de Petróleo e Gás destinadas ao FEP – Lei 9.478/1997	316.965,74	190.074,06
1750 - Recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	8.911,15	6.601,50
1751 - Recursos da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP	60.251,31	62.329,85
1752 - Recursos Vinculados ao Trânsito	301,41	0,00
1759 - Recursos Vinculados a Fundos	364.782,83	364.075,53
1899 - Outros Recursos Vinculados	11.158,36	181.517,36
Totais de Receitas e Despesas de Outras Destinações de Recursos	1.791.669,90	1.534.084,20

Nota 7 – Recebimentos e pagamentos extraorçamentários: os itens desses grupos correspondem aos ingressos e dispêndios que, na forma do parágrafo único do art. 3º a art. 103 da Lei Federal nº 4.320/64 se referem a operações que não transitam pelo orçamento, bem como a contrapartida das inscrições (ingressos) e pagamentos (dispêndios) de restos a pagar processados e não processados. O quadro a seguir mostra a movimentação ocorrida no exercício financeiro de 2024.

Título / Subtítulo	Ingressos	Dispêndios
5.3.1.7.0.00.00 - RP NÃO PROCESSADOS INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO	2.071.406,92	
5.3.2.7.0.00.00 -RP PROCESSADOS – INSCRIÇÃO NO EXERCICIO	19.330,86	
6.3.1.4.0.00.00 – RP NÃO PROCESSADOS – PAGOS		719.259,86
6.3.2.2.0.00.00 – RP PROCESSADOS – PAGOS		11.311,86
1.1.3.5.0.00.00 - DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS	0,00	0,00
1.1.3.8.1.06.00 - VALORES EM TRÂNSITO REALIZAVEIS A CURTO PRAZO	0,00	0,00
1.1.3.8.1.08.00 - - CREDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO FAMILIA PAGO	0,00	0,00
1.1.3.8.1.09.00 - CREDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO MATERNIDADE PAGO	38.345,68	38.345,68
1.1.3.8.1.10.00 - AUXILIO NATALIDADE PAGO A RECUPERAR	0,00	0,00
1.1.3.8.1.11.00 - CREDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE AUXILIO DOENÇA E ACIDENTES PAGOS	0,00	0,00
2.1.8.8.1.01.00 - CONSIGNACOES	3.223.408,97	2.198.855,49
.	.	.
Outros recebimentos extra orçamentários	552.601,92	
Outros pagamentos extra orçamentários		1.577.155,40
Total de recebimentos e pagamentos extra orçamentários	5.905.094,35	4.544.928,29

Nota 8 – Despesas Orçamentárias: são apresentados os valores empenhados, com exclusão das operações intraorçamentárias, já detalhadas em nota explicativa do Balanço Orçamentário. O detalhamento por fonte/destinação de recursos é explicitado nas Notas 2, 3, 4, 5, 6 e 7.

Notas Explicativas da Demonstração dos Fluxos de Caixa:

Nota 1 – Contexto Operacional: A DFC foi elaborada pelo método direto e evidencia as movimentações ocorridas na conta Caixa e Equivalentes de Caixa, segregados nos fluxos das operações, dos investimentos e dos financiamentos, sem considerar aos pagamentos e recebimentos intraorçamentárias. O resultado final corresponde à diferença entre os saldos iniciais e finais de Caixa e Equivalentes de Caixa e mantém compatibilidade com os valores apresentados no Balanço Financeiro.

Nota 2 – Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais: os ingressos compreendem as receitas relativas às atividades operacionais líquidas das respectivas deduções e as transferências recebidas. Já os desembolsos compreendem os pagamentos relativos às atividades operacionais, demonstrando-se os desembolsos de pessoal, os juros e encargos sobre a dívida e as transferências concedidas. Nesse contexto verifica-se que as atividades operacionais geraram um fluxo positivo de R\$ 6.676.196,79, contribuindo para a geração líquida de caixa e equivalente final. O detalhamento das receitas originárias e derivadas, das transferências recebidas e concedidas e dos desembolsos de pessoal e demais despesas por função, constam em quadros anexos à DFC, elaborados conforme o MCASP.

Nota 3 – Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento: não houve ingressos nas atividades de investimento no exercício de 2024. Os desembolsos decorrem do pagamento de despesas de aquisição de ativo não circulante, como obras, instalações, equipamentos, material permanente e bens imóveis. Ocorreram outros desembolsos de investimentos dos quais se destaca o valor de R\$ 7.221,74, a título de auxílio a instituições assistenciais e de caráter privado, bem como o valor de R\$ 43.697,00 referente à restituição ao Estado e à União de saldos de convênios não executados. No exercício de 2024, os ingressos e desembolsos das atividades de financiamento geraram um fluxo negativo de R\$ (7.410.117,52), diminuindo a geração líquida de caixa.

Nota 4 – Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento: compreendem as obtenções de empréstimos, financiamentos e demais operações de crédito, inclusive o refinanciamento da dívida, bem como as receitas obtidas a partir da integralização do capital social de empresas dependentes, e no exercício de 2024 não houve ingressos nesse fluxo de caixa. Os desembolsos são decorrentes da amortização da dívida, que em 2024 totalizou um desembolso no valor de R\$ 176.179,20. O resultado desse fluxo foi negativo de R\$ 176.179,20.

Nota 5 – Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa: o valor gerado de (R\$ 910.099,93), se deve ao resultado negativo do fluxo de caixa de investimentos que foi bastante considerável em relação ao período anterior, devido a grande quantidade de investimento realizado com obras nesse período.

Nota 6 - Disposições Gerais

As notas explicativas aqui apresentadas referem-se aos Demonstrativos Contábeis Consolidadas do exercício de 2024 dos poderes Executivo e Legislativo do Município de Bozano.

Renato Luís Casagrande

Prefeito Municipal

CPF: 474.516.02087

Danielle Fontella Lago

Contadora

CRC/RS 75.558